



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO
ORDINÁRIA DE ABRIL DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
16 DE MAIO DE 2018**

Pelas dezanove horas e quarenta e cinco minutos do décimo sexto dia do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, em sessão ordinária, nas instalações da Junta de Freguesia, sitas na Rua António Saúde, 13, em Lisboa. -----

Estiveram presentes: -----

PS – PARTIDO SOCIALISTA -----

Luís Filipe Gomes Ferreira -----

Óscar Bruno Coelho Antunes -----

Deldina Filomena Fontes Barroso -----

Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos -----

Daniel Alexandre Brás Magalhães Nunes -----

Isabel Maria Dionísio da Silva Mendes -----

João António Pereira Calheiros -----

Emanuel dos Santos Loureiro Cardoso -----

Maria da Conceição Adão Cardoso -----

PPD/PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA -----

Luís Filipe da Costa Vieira da Silva -----

Ana Sofia de Oliveira Branco -----

Pedro Afonso de Albuquerque Amaral e Almeida -----

Miguel Alexandre Ayres de Mendonça Cardoso Matias -----

Ana Maria Mota Monteiro -----

CDS-PP.MPT.PPM – NOSSA LISBOA -----

Nuno Ricardo Araújo de Brito -----

Anabela Gonçalves Lucas -----

Luís Carlos Vaz Ribeiro -----

PCP-PEV – CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA -----

Helena Maria Caetano da Silva Damas Barros -----

BE – BLOCO DE ESQUERDA -----

Ana Sofia Mealha Afonso Cortes -----

Pedidos de substituição: -----

PS – PARTIDO SOCIALISTA -----

Ana Paula da Conceição Barbosa -----



Handwritten signature or initials in the top right corner.

PPD/PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA-----

Rui Alexandre Leal dos Santos Leitão Marques -----

CDS-PP.MPT.PPM – NOSSA LISBOA -----

Luís Filipe da Silva Neto -----

Alexandra do Almurtão Coelho Lourenço Joia -----

O **Presidente da Mesa** da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, Pedro Amaral e Almeida, passados que foram os quinze minutos de tolerância do regimento, deu início à sessão, cumprimentando todos os presentes, e passando a ler a ordem de trabalhos que foi afixada por Edital: -----

Ponto 1. Discussão e deliberação sobre a Proposta n.º 15/2018 – Prestação de Contas do exercício de 2017; -----

Ponto 2. Discussão e deliberação sobre a Proposta n.º 16/2018 – 2.ª Revisão Orçamental – 2018; -----

Ponto 3. Discussão e deliberação sobre a Proposta n.º 17/2018 – 2.ª Revisão do Plano Plurianual de Investimento – 2018; -----

Ponto 4. Protocolos de colaboração celebrados com o Município de Lisboa, no âmbito das AAFF – Atividades de Animação e de Apoio à Família, e da CAF – Componente de Apoio à Família, para o ano letivo 2017-2018; -----

Ponto 5. Protocolo celebrado com o Município de Lisboa, no âmbito do Regimento Geral das Olisipiadas do Regimento dos Prémios de Mérito das Olisipiadas – verba correspondente ao 9.º lugar da classificação dos prémios de mérito atribuídos às Juntas de Freguesia na 3.ª Edição das Olisipiadas 2017; -----

Ponto 6. Informação escrita do Presidente da Junta relativa ao 1.º trimestre de 2018. -

Ponto 7. Apreciação e discussão do Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição, relativo ao exercício de 2017. -----

Ponto prévio -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que se retratou de um equívoco cometido no final da última Assembleia de Freguesia, quando responsabilizou o executivo pela sequência dos pontos da ordem de trabalhos – mediante o argumento de que o ponto da Prestação de Contas poderia ter sido discutido e deliberado mais cedo – quando na verdade a definição da ordem de trabalhos é da exclusiva responsabilidade do Presidente da Mesa da Assembleia. -----

O **Presidente da Mesa** informou que deram entrada na Mesa três recomendações do CDS-PP, as quais, tratando-se esta de uma sessão extraordinária, só serão admitidas a discussão com a aprovação de dois terços do plenário. -----

Toma a palavra **Óscar Antunes**, do PS, que indicou que a bancada do Partido Socialista irá votar contra a admissão das referidas recomendações, por entender que a sua discussão não tem lugar numa sessão extraordinária, que não contempla um



Handwritten signature or mark in the top right corner.

período de antes da ordem do dia, pelo que estas deverão transitar para a próxima sessão ordinária da Assembleia. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que reforçou o caráter de urgência das recomendações, especialmente da que diz respeito às necessidades específicas de um morador, sendo, no entanto, cada força política responsável pela sua posição de voto e respetivas consequências. -----

O **Presidente da Mesa** colocou à votação a admissão das propostas de recomendação apresentadas pelo CDS-PP, tendo sido rejeitadas, com os votos contra do PS, votos a favor do CDS-PP, e abstenção das restantes forças políticas. -----

1. Discussão e deliberação sobre a Proposta n.º 15/2018 – Prestação de Contas do exercício de 2017 e apreciação do Mapa Síntese dos bens inventariados -----

O **Presidente da Mesa** deu a palavra a **Francisco Encarnação**, vogal da Junta de Freguesia, que passou a apresentar este ponto, começando por explicar que os documentos cumprem todos os normativos legais e as instruções definidas pelo Tribunal de Contas e POCAL, respeitando os princípios da independência, anualidade, unidade, universalidade e equilíbrio, que sempre devem ser subjacentes a uma prestação de contas. Centrando-se nos grandes números, informou que foram executados 6.548.439,00€ do Orçamento da Receita, e 5.810.549,00€ do Orçamento da Despesa; as receitas de capital foram na ordem dos 442.000,00€, para uma despesa de capital de cerca de 832.000,00€; as receitas correntes cifraram-se nos 4.800.000,00€, para uma despesa de capital à volta de 4.900.000,00€. Na parte dos investimentos, destacou algumas das obras com maior impacto no ano de 2017, como a criação de cerca de duzentos novos lugares de estacionamento, requalificação de vias e passeios, organização do Monsanto Fest, que atraiu à freguesia mais de sessenta mil pessoas, criação da Casa da Cidadania para promoção do desenvolvimento cultural, iniciativas diversas na área desportiva, ação social e educação (cabazes solidários, Praia Campo, transporte social, fundos de emergência social, entre outros). Concluiu a sua intervenção expressando orgulho por tudo o que foi realizado ao longo do ano de 2017, indo ao encontro dos compromissos espelhados no programa eleitoral do PS e das necessidades mais prementes da população. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que antecipando o voto contra, sublinhou o facto de as dívidas incobráveis a terceiros terem aumentado em 26.645,52€, apesar de o ativo ter aumentado em 196.585,96€. Sendo o valor destas dívidas superior às verbas em depósitos à ordem, significa isto que a Junta de Freguesia não tem liquidez financeira para fazer face aos seus compromissos. Por outro lado, o resultado líquido do exercício, com um saldo transitado que decresceu em 514.898,00€, não compensa o aumento das dívidas incobráveis no passivo, de



[Handwritten signature]

20.342,53€ e o aumento das dívidas a fornecedores, na ordem dos 31.346,46€. Destes números conclui-se que a Junta de Freguesia se encontra numa situação financeira vulnerável, espelhada nos graus de autonomia financeira (43,49%) e de solvabilidade (76,64%). Neste sentido, e reiterando a posição assumida na sequência do pedido de demissão do anterior Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Dr. João Pinheiro, que invocou um conjunto de irregularidades nas contas da Junta de Freguesia, informou que o Bloco de Esquerda apresentará nova moção solicitando uma auditoria às mesmas, remetendo-se toda a documentação financeira à Inspeção Geral de Finanças e restantes entidades competentes. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que começou por manifestar a sua estupefação pelo facto de o relatório de contas de um organismo público contemplar instrumentos financeiros com variabilidade de capital, correndo a Junta de Freguesia eventuais riscos de perda de capitais do erário público, o que consubstancia uma má prática de gestão de dinheiros públicos. Relativamente a doações, em especial quando se trata de avaliações mais avultadas, frisou a importância de se perceber exatamente quais as implicações ou responsabilidades futuras que estas acarretam para a Junta de Freguesia, e se eventualmente estas comprometem futuras decisões da Junta de Freguesia. Questionou o facto de o exercício económico ter encerrado com uma dívida a fornecedores na ordem dos 33.000,00€, quando no exercício económico transato este valor foi zero. A este respeito, sublinhou que o Estado e os organismos públicos devem ser exemplares no cumprimento dos compromissos assumidos e no pagamento a fornecedores. Em relação à execução da despesa, na ordem dos 90%, suscitou algumas dúvidas sobre o grau de execução de algumas rubricas afetas à ação social, apoio ao empreendedorismo e desenvolvimento da economia local, sendo que neste último caso uma rubrica primariamente dotada de 50.000,00€ foi posteriormente reduzida, executando escassos 3.000,00€ num projeto de incubadora de empresas. Recordando um assunto debatido numa Assembleia anterior a este respeito, expressou a sua descrença no facto de um acordo assumido com a RNI para desenvolvimento de uma incubadora local não acarretar qualquer despesa para a Junta de Freguesia – o que parece ser contrariado pelo investimento de 3.000,00€ anteriormente mencionado – salientando que o apoio ao desenvolvimento económico e à fixação de empresas carece sempre de um investimento por parte das autarquias. Solicitou um esclarecimento sobre as várias rubricas de apoio técnico a serviços, uma constante ao longo do Orçamento, mas cujo objeto não é explícito; também sobre a contratação de um serviço para iluminações de natal, quando estas não foram colocadas em 2017. Finalmente, em relação aos rácios de solvabilidade e de autonomia financeira, declarou que a sua cabal análise depende



da existência de dados comparativos, os quais não foram facultados, pelo que qualquer avaliação dos mesmos se torna subjetiva. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, começando por relembrar que a atual composição da bancada do Partido Social Democrata apenas acompanhou durante dois meses a execução do Orçamento de 2017, e frisando que a componente técnica da prestação de contas é da inteira responsabilidade da Junta de Freguesia, através dos técnicos e Revisores Oficiais de Contas, perguntou qual o montante do saldo de gerência – na ordem dos 700.000,00€ - que está afeto a contratos de delegação de competências cuja execução estava prevista para 2017, sendo que esta verba, embora transite para o Orçamento de 2018, já se encontra consignada. Indagou ainda acerca das razões que conduziram ao atraso no pagamento a fornecedores, com dívida transitada para o exercício de 2018. -----

Toma a palavra **Francisco Encarnação**, vogal da Junta de Freguesia, que esclareceu que os instrumentos financeiros referenciados pelo eleito Luís Ribeiro foram herdados do anterior Executivo, não tendo nenhum risco associado de perda de capital. Relativamente às dívidas a fornecedores, explicou que estas foram saldadas no início de 2018, visto que os respetivos recibos foram emitidos já muito próximo do final do ano. -----

Toma a palavra **Raquel Albuquerque**, Técnica Oficial de Contas da Junta de Freguesia, que respondendo à eleita do Bloco de Esquerda, declarou que, efetivamente, os resultados do exercício de 2017 foram negativos, não deixando, porém, de distinguir aquilo que é contabilidade orçamental e contabilidade patrimonial, e explicando que estas obedecem a regras estritas naquilo que é a sua repercussão nos relatórios de gestão. Apontou o exemplo de algumas obras que embora se tenham iniciado há alguns anos, apenas passam de obra em curso para obra definitiva à medida que forem sendo amortizadas, pelo que continuam a ser refletidas nos relatórios. Não obstante o exposto, sublinhou que a execução orçamental foi muito similar à do exercício anterior, com saldo a transitar para o Orçamento de 2018, o que se revela bastante positivo. Sobre as auditorias solicitadas na sequência da posição assumida pelo ex-Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Dr. João Pinheiro, esclareceu que esta posição foi tomada sem que a pessoa em causa tenha pedido esclarecimentos técnicos ou dado oportunidade para que as entidades competentes se pronunciassem, reiterando não ser verdadeira a argumentação utilizada na missiva por este remetida. Reforçou aquela que é a sua responsabilidade pessoal, como Técnica Oficial de Contas, por todos os procedimentos financeiros que são efetuados pela Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, os quais seriam liminarmente rejeitados se não obedecessem aos princípios da legalidade e transparência, pelo que também se colocou à inteira disposição da Assembleia para qualquer esclarecimento



Handwritten signature or initials in the top right corner.

considerado pertinente. Relativamente às doações, explicou que a doação mencionada se reporta a um terreno cedido temporariamente à Junta de Freguesia, por um período de três anos, com o objetivo de criação de uma zona de estacionamento, pelo que será arrendado à EMEL para esse efeito. Acrescentou que outras doações de valor simbólico não carecem de qualquer registo ou aprovação por parte da Assembleia de Freguesia, como livros, pequenos equipamentos, géneros alimentares ou artigos para as Caixas Bebê. Salientando serem muitos e variados os rácios que podem ser considerados em termos económicos e financeiros – mais ou menos subjetivos – afirmou que a sua análise e consequentes conclusões nunca poderão ser tão importantes quanto a validade e a legalidade dos procedimentos adotados pela Junta de Freguesia, lembrando que em poucos anos, e por força da reforma administrativa da cidade de Lisboa, o Orçamento da Junta de Freguesia passou de cerca de dois milhões de euros para quase sete milhões, pelo que existem, naturalmente, procedimentos que ainda precisam ser afinados e melhorados. A aditar a isto, o facto de nem sempre as competências delegadas serem devidamente acompanhadas dos respetivos meios financeiros e humanos, ou nem sempre contemplarem todos os custos de manutenção e utilização dos equipamentos. Sobre as aplicações financeiras, reiterou que estas não têm qualquer risco de perda de capital investido. Esclareceu que a rubrica para iluminações de natal diz respeito às iluminações colocadas na Quinta e no Fórum Grandela. Respondendo ao eleito Miguel Matias, explicou que do saldo transitado, cerca de 613.000,00€ estão consignados a contratos de delegação de competências, restando cerca de 124.000,00€ que foram assignados a diversas rubricas de despesa corrente, as quais foram reforçadas com base na avaliação das necessidades de manutenção do parque informático, comunicações e gestão de recursos humanos. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que no seguimento das explicações dadas, criticou a postura do Executivo, bem como da Mesa da Assembleia, pelo facto de não ser dada uma resposta cabal e atempada aos inúmeros requerimentos apresentados pela bancada do CDS-PP, o que não abona a favor da tão propalada transparência, além de diminuir o papel fiscalizador do órgão deliberativo. Acrescentou que se tantas vezes é solicitada a sensibilidade e compreensão da Assembleia de Freguesia, deveria também haver um maior respeito institucional por parte da Junta de Freguesia. Face aos vários erros contidos no Orçamento da Junta de Freguesia, frisou que o papel da oposição não é flexibilizar, mas antes promover um amplo debate e esclarecer toda e qualquer dúvida, visando salvaguardar os interesses da população e em prol de uma maior transparência. Apelando à velha máxima de que “quem não deve, não teme”, referiu que a Junta de Freguesia não deveria obstar à realização de



Handwritten signature or initials in the top right corner.

uma auditoria, acrescentando que no exercício da função para a qual foi eleito, jamais se irá arrepender de propor ou apoiar tal medida. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que recentrando o debate na questão das doações, indagou acerca da localização do referido terreno destinado à criação de um parque de estacionamento, e perguntou se este será tendencialmente gratuito, ou se eventuais receitas reverterão para a Junta de Freguesia ou para a EMEL. Perguntou ainda quando é que foi estabelecido o acordo de cedência que alegadamente terá a vigência de três anos, e qual o prazo previsto para estar concluída e em funcionamento a zona de estacionamento mencionada. -----

Toma a palavra **João Dias**, vogal da Junta de Freguesia, que informou que o referido terreno foi cedido pela empresa Libertas, é destinado a estacionamento, e será arrendado pela Junta de Freguesia à EMEL por uma verba mensal. A requalificação do terreno ficará a cargo da EMEL, sendo que as receitas resultantes do estacionamento também reverterão para esta empresa. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que perguntou qual o valor da renda que a EMEL pagará mensalmente à Junta de Freguesia, qual o número previsto de lugares de estacionamento que serão criados, e questionou uma vez mais a localização do referido terreno. -----

Toma a palavra **João Dias**, vogal da Junta de Freguesia, que em resposta, indicou que o terreno se situa na Rua João de Freitas Branco, depois do Hospital Lusíadas. A EMEL pagará à Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica uma renda mensal de 700,00€ pelo aluguer do terreno, estando prevista a criação de sensivelmente cem lugares de estacionamento pago. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que com recurso aos dados fornecidos, e chegando a um valor médio de sete euros (7,00€) mensais por cada lugar de estacionamento, questionou se estes serão disponibilizados mediante bilhetes diários de dois euros (2,00€) – cumprindo o desiderato da EMEL de evitar a entrada de mais veículos em Lisboa e na Freguesia de São Domingos de Benfica – e quem se irá responsabilizar pelo pagamento da fatura da intervenção necessária no terreno. Mais solicitou que lhe seja remetida cópia dos contratos de cedência deste mesmo terreno, quer à Junta de Freguesia, quer desta à EMEL. -----

Toma a palavra **João Dias**, vogal da Junta de Freguesia, que respondeu dizendo que será a EMEL a suportar integralmente os custos da intervenção no terreno, estando também prevista a emissão de bilhetes diários de estacionamento para o parque que será criado. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que questionou a posição da Junta de Freguesia como facilitadora da cedência do terreno, visto que não terá um proveito próprio sobre o mesmo, e havendo a possibilidade de a EMEL negociar diretamente



Handwritten signature or initials in the top right corner.

com a empresa proprietária. Mesmo sendo a Junta de Freguesia ressarcida com uma verba mensal de setecentos euros (700,00€), manifestou-se discordante com a opção tomada pelo Executivo neste negócio. -----

Toma a palavra **Ana Sofia Branco**, do PSD, que argumentou que, contas feitas, a EMEL vai arrecadar um valor a rondar os 4.400,00€ por mês pela exploração do parque de estacionamento, pelo que a renda auferida pela Junta de Freguesia parece ser insuficiente. Por outro lado, este fator vem comprovar que a EMEL é efetivamente uma máquina de produção de dinheiro, atendendo aos diversos parques espalhados pela cidade de Lisboa e o lucro que resulta destes. Na conclusão da sua intervenção, questionou aquelas que são as contrapartidas concretas para a cidade de Lisboa, e especificamente para a Freguesia de São Domingos de Benfica, em termos de mobilidade, face ao lucro gerado pela EMEL. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que questionou, concluindo-se da discussão deste tema que os acordos com a EMEL já foram firmados, se estes poderão eventualmente ser revertidos por decisão do Executivo ou da Assembleia de Freguesia. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que em resposta, declarou que sendo certo que a EMEL abordou a Junta de Freguesia com vista à exploração do referido terreno, é igualmente factual que no passado o CDS-PP também questionou se a Junta de Freguesia tinha terrenos disponíveis para investidores privados, ao qual a Junta de Freguesia respondeu negativamente. Neste sentido, aditou que este acordo com a EMEL só se tornou possível pela cedência do terreno à Junta de Freguesia. Embora aceitando a argumentação segundo a qual uma renda de 700,00€ possa parecer insuficiente, foi entendimento do Executivo que era melhor arrecadar esta verba do que nenhuma, atendendo a que a EMEL já vai ter de suportar os custos de requalificação do terreno. Finalizou, declarando que o acordo não deverá ser revertido, no sentido de que a Junta de Freguesia iria perder a verba devida pelo arrendamento do terreno, caso a EMEL negociasse diretamente com o respetivo proprietário. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que começando por apontar as políticas socialistas como uma das principais causas para o atraso civilizacional do país, confirmou que, de facto, abordou a Junta de Freguesia no sentido de aferir se existiriam terrenos disponíveis para um investimento privado que resultaria num lucro de milhões, e não apenas numa renda de 700,00€ conforme agora é proposto – investimento este que acabou por ir para a Freguesia de Avenidas Novas. Declarou ser da responsabilidade da Junta de Freguesia estimular a geração de receitas, não se contentando simplesmente em aceitar a primeira oferta que recebe para exploração de um terreno à sua disposição, decisões políticas com reflexos nefastos nos sucessivos relatórios de prestação de contas. -----



Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que clarificou que o eleito do CDS-PP nunca detalhou qual a natureza do investimento que se propunha, reiterando ainda que independentemente dos benefícios previstos para a Freguesia de São Domingos de Benfica, a Junta de Freguesia não possuía efetivamente terrenos que pudesse ceder para o efeito. Frisou uma vez mais que para a Junta de Freguesia é sempre melhor auferir uma renda mensal de 700,00€ pela exploração do terreno do que não receber nada, pelo que tal decisão foi tomada com boa fé e visando os melhores interesses dos cidadãos. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que lembrou ter sido o Presidente da Junta de Freguesia a trazer este assunto à discussão, sem nenhuma relação aparente com este ponto da ordem de trabalhos. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que declarou que a gestão do erário público exige uma barreira muito clara de separação de poderes e delimitação dos setores público e privado. Consequentemente, tendo a Junta de Freguesia terrenos ou equipamentos à disposição, a sua cedência para exploração por terceiros deve ser cabalmente equacionada, assente em acordos totalmente transparentes, sem que estes impliquem qualquer condicionante para a sua ação futura. -----

Toma a palavra **Francisco Encarnação**, vogal da Junta de Freguesia, que explicou que o investimento previsto para a requalificação e exploração do terreno destinado a estacionamento por parte da Junta de Freguesia rondava os 70.000,00€. Sendo considerado demasiado avultado, optou o Executivo por ceder a exploração do mesmo à EMEL, mediante o pagamento de uma renda mensal, cujo valor contempla o investimento que a EMEL irá realizar. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo o relatório de Prestação de Contas do exercício de 2017 aprovado por maioria (*votos favoráveis do PS, votos contra do CDS-PP e BE, e abstenções do PSD e PCP*). -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que apresentou uma declaração de voto que posteriormente foi anexada à presente ata. Acrescentou que a posição de voto do CDS-PP tem um sentido construtivo, visando a melhoria qualitativa dos documentos apresentados. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que passou a apresentar a moção intitulada "Auditoria à prestação de contas referentes ao exercício do ano de 2017". A moção foi posteriormente anexada à presente ata. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que referiu ter a Assembleia de Freguesia deliberado por unanimidade remeter a comunicação do ex-Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. João Pinheiro, a todas as entidades competentes na matéria, incluindo a Inspeção Geral de Finanças, pelo que o objeto da presente moção se torna



Handwritten signature or mark in the top right corner.

redundante. Mais sublinhou que a Assembleia de Freguesia não tem qualquer competência junto da Inspeção Geral de Finanças, no sentido de dar início ao processo de análise da informação remetida, visto tratar-se de um organismo público autónomo. -----

Toma a palavra **Óscar Antunes**, do PS, que começou por assinalar que do ponto de vista formal, a moção deveria ter sido apresentada no período de antes da ordem do dia. Por outro lado, questionou a pertinência de uma moção que apela à realização de uma auditoria às contas da Junta de Freguesia, quando o relatório de Prestação de Contas já foi aprovado pela Assembleia. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que não deixando de concordar com o exposto pelo eleito Luís Vieira da Silva, indicou que a postura adotada pela bancada do Bloco de Esquerda merece o seu respeito, visto ter sido coerente desde o primeiro momento, aquando da comunicação do ex-Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, razão pela qual o CDS-PP não irá inviabilizar a moção apresentada. Concluiu a sua intervenção afirmando que uma das causas da situação económica em que o país se encontra relaciona-se exatamente com a ausência de fiscalização e auditoria eficientes. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que explicou que a apresentação da moção em apreço vem na sequência de ainda não ter havido qualquer resposta ao envio da documentação anteriormente remetida às entidades competentes. -----

O **Presidente da Mesa**, usando da palavra, explicou que na sequência da aprovação de uma recomendação oral da Assembleia de Freguesia, a comunicação do Dr. João Pinheiro, foi remetida, conforme apresentada e sem qualquer apreciação ou pronúncia sobre a mesma, ao Tribunal de Contas, Inspeção Geral de Finanças, Direção Geral das Autarquias Locais e DCIAP – Direção Central de Investigação e Ação Penal. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que assinalou apenas uma imprecisão na intervenção do eleito Luís Vieira da Silva, uma vez que a recomendação para o envio da comunicação do ex-Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia não foi aprovada por unanimidade, uma vez que os eleitos da bancada do CDS-PP não estavam presentes aquando da deliberação. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que recomendou à Mesa que sejam distribuídos por todas as bancadas os documentos a que está a ser feita alusão, visto não ter tido conhecimento dos mesmos. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que pronunciando-se sobre o pedido de auditoria, referiu que os relatórios de contas certamente nunca mereceriam um parecer favorável dos técnicos e Revisores Oficiais de Contas se não cumprissem as normas e os imperativos legais. No entanto, tendo sido suscitadas dúvidas por alguém que exerceu um cargo tão importante como o de Presidente da Mesa da Assembleia



Handwritten signature or initials in the top right corner.

de Freguesia, sobre as relações estabelecidas entre a Junta de Freguesia e entidades parceiras, públicas ou privadas, e sobre procedimentos de contratação pública, considerou não ser descabido o reforço do apelo à realização de uma auditoria, o qual não consubstancia uma afronta ou acusação formal ao Executivo, mas tem simplesmente como objetivo o cabal esclarecimento de toda esta situação. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que respondendo ao eleito Nuno Brito, argumentou que quando referiu uma aprovação por unanimidade, obviamente referia-se à unanimidade dos presentes por ocasião da deliberação. No entanto, aproveitou para questionar qual seria a posição de voto da bancada do CDS-PP a este respeito caso estivesse presente quando a recomendação foi deliberada. Sobre a intervenção da eleita do PCP, referiu que a Assembleia de Freguesia teve conhecimento simultâneo de todos os documentos mencionados na presente discussão, exatamente no momento em que foi aprovado o seu envio para as entidades competentes anteriormente referenciadas pelo Presidente da Assembleia de Freguesia. -----

Toma a palavra **Óscar Antunes**, do PS, que deixou claro que o Partido Socialista não tem qualquer receio da realização de uma auditoria, assinalando apenas que os relatórios de prestação de contas já são auditados, foram esclarecidos e aprovados, e que uma auditoria externa tem custos acrescidos. Por outro lado, lamentou o aproveitamento político em torno desta situação, que distrai os eleitos daquilo que são as questões mais importantes e que se relacionam diretamente com a qualidade de vida dos fregueses. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que argumentou que encarar como perda de tempo o debate democrático é outro dos fatores que obsta ao desenvolvimento social do país e que conduz a um sistema em que se confunde verdadeira política com ilusionismo ou arte circense. Fez notar que as bancadas da oposição mais não estão do que a exercer rigorosamente o seu papel de fiscalização, cabendo à Junta de Freguesia encetar todos os procedimentos considerados necessários ao cabal esclarecimento de situações suscetíveis de gerar dúvidas. Acrescentou que o Estado não se pode desresponsabilizar das suas funções de fiscalização da atividade autárquica. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que considerando estéril a continuação deste debate, lembrou que tendo o relatório de contas sido aprovado na presente Assembleia, os membros que se manifestaram contra a sua aprovação têm imperativamente de fundamentar a sua posição em declaração de voto, a qual é anexada à informação remetida ao Tribunal de Contas, pelo que existe uma obrigatoriedade de reportar qualquer ilegalidade detetada. Salientou também, conforme referenciado anteriormente, que a Assembleia de Freguesia não tem competências para pressionar a Inspeção Geral de Finanças a encetar os



[Handwritten signature]

procedimentos de análise às informações que foram remetidas, só podendo apelar à realização de uma auditoria externa privada. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que reconhecendo a necessidade de fundamentar o voto contra o relatório de prestação de contas, indicou que os elementos da sua bancada não possuem a capacidade técnica necessária para avaliar cabalmente as contas da Junta de Freguesia, razão pela qual, não se sentindo confortável na interpretação das mesmas, é favorável à realização de uma auditoria. --

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que respondendo à interpelação anterior do eleito Luís Vieira da Silva, referiu que obviamente os elementos do CDS-PP votariam favoravelmente a realização de uma auditoria, caso tivessem estado presentes no momento da deliberação. Por outro lado, e não obstante o texto da moção, declarou que a intenção do Bloco de Esquerda não será claramente impor o que quer que seja ao Tribunal de Contas ou a qualquer outra entidade competente, mas simplesmente ser coerente com a posição que adotou desde o início deste processo, insistindo, como medida pedagógica, na realização de uma auditoria que se torna indispensável, face à gravidade da comunicação do ex-Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Dr. João Pinheiro. Culminou a sua intervenção dizendo que não dar a devida importância a esta discussão seria equivalente a brincar com a vida dos fregueses. -----

Toma a palavra o **Presidente da Mesa**, que esclareceu que na sessão da Assembleia realizada logo após a demissão do Dr. João Pinheiro, um dos pontos da ordem de trabalhos cingia-se precisamente à realização de uma auditoria. No entanto, a unanimidade dos presentes, face às diferentes sensibilidades e opiniões sobre o assunto, decidiu mandar a Mesa da Assembleia para enviar a comunicação do ex-Presidente da Mesa às entidades competentes na matéria, em detrimento de uma auditoria privada. Consequentemente, e salvo melhor opinião, declarou que o plenário está a debater um assunto que já foi alvo de deliberação, o que não será certamente um bom precedente para os trabalhos da Assembleia. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posta a votação a moção "Auditoria à prestação de contas referentes ao exercício do ano de 2017", apresentada pelo Bloco de Esquerda, a qual foi rejeitada (*votos contra do PS, abstenções do PSD e PCP, e votos a favor do CDS-PP e BE*). -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que apresentou uma declaração de voto, na qual justificou o voto favorável da sua bancada com uma postura coerente que vem sendo adotada desde o mandato anterior e uma atitude pedagógica em relação ao papel dos partidos representados na Assembleia, em especial daqueles que estão na oposição, cujos membros eleitos têm a função de fiscalizar exaustivamente a atividade do Executivo da Junta de Freguesia. -----



2. Discussão e deliberação sobre a Proposta n.º 16/2018 – 2.ª Revisão Orçamental – 2018. -----

Toma a palavra **Raquel Albuquerque**, Técnica Oficial de Contas da Junta de Freguesia, que passou a apresentar este ponto, explicando que tem por objetivo integrar o saldo de gerência transitado, sendo que 613.000,00€ dos 737.890,00€ de saldo de gerência estão consignados a contratos de delegação de competências, sendo os restantes 124.890,00€ assignados a investimentos e a algumas despesas correntes, reforçando rubricas afetas a consumo de eletricidade e gás, transportes e pessoal em regime de tarefa ou avença. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que começou por questionar o incremento das verbas afetas às rubricas de consumo elétrico (15.000,00€), consumíveis (2.000,00€) e transportes (6.440,00€). Sobre o aumento nas rubricas de pessoal em regime de tarefa ou avença, indagou como é que este se relaciona com o programa de regularização extraordinária de precários, havendo vinte e um funcionários que não foram incluídos nestes procedimentos por alegadamente não corresponderem a necessidades permanentes do serviço. Nesse sentido, solicitou informações adicionais sobre a situação laboral destes vinte e um funcionários, incluindo as funções que atualmente exercem. Antecipou que a bancada do Bloco de Esquerda irá votar contra a revisão orçamental proposta. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que falando com base na sua experiência laboral, declarou que as revisões orçamentais são ferramentas de exceção que devem ser utilizadas pontualmente, com ponderação e bom critério, não esquecendo que a proposta original de Orçamento é aprovada pela Assembleia de Freguesia. Acrescentou que um número elevado de revisões orçamentais pode revelar uma certa dissonância entre o Orçamento elaborado e aprovado e a realidade da freguesia, ou a ocorrência de muitas situações excecionais que obscurecem a atividade concreta da Junta de Freguesia, a qual deveria estar espelhada no Orçamento, Plano de Atividades e Plano Plurianual de Investimentos, sendo que nenhuma das situações contribui para a transparência que se exige na apresentação destes documentos previsionais. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que esclareceu que pelo menos uma revisão orçamental é sempre obrigatória, para inclusão do saldo de gerência transitado. No entanto, sendo esta alegadamente a segunda revisão orçamental, questionou qual a revisão que terá sido contabilizada como a primeira, visto que a Assembleia de Freguesia se limitou a aprovar a versão revisada do Orçamento apresentado pelo Executivo da Junta de Freguesia. -----

Toma a palavra **Raquel Albuquerque**, Técnica Oficial de Contas da Junta de Freguesia, que em resposta, explicou que quando o Orçamento original não é



aprovado dentro do prazo legal, este é carregado no exercício seguinte através de um procedimento legal que equivale a uma primeira revisão orçamental, daí esta ser contabilizada como segunda revisão. Acrescentou que à luz da Lei, e conforme referenciado, é sempre obrigatória pelo menos uma revisão orçamental, na primeira Assembleia Ordinária do ano, para integração do saldo de gerência. Porém, aludindo à intervenção do eleito Luís Ribeiro, distinguiu aquilo que são revisões orçamentais, que carecem da aprovação da Assembleia de Freguesia, de alterações orçamentais, que resultam de situações excecionais em que se torna necessário gerir as verbas afetadas a determinadas rubricas. A título de exemplo, indicou ser imprescindível realizar uma alteração orçamental para poder concluir os procedimentos contratuais para admissão no quadro dos funcionários em regime de avença. Em relação à rubrica de consumo de eletricidade, explicou ter sido reforçada pelo facto de os consumos reais estarem a ultrapassar as estimativas iniciais, estando também a ser tomadas medidas para reduzir estes mesmos consumos. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que questionou se aquando da elaboração do Orçamento não é possível ter desde logo uma estimativa daquele que será o saldo transitado do exercício anterior, tendo sido esclarecido que embora possa haver uma estimativa, o saldo de gerência deve transitar em termos exatos e absolutos. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de 2.^a Revisão Orçamental – 2018 aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, voto contra do BE, e abstenções do PSD, CDS-PP e PCP*). —

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que anunciou que a sua bancada irá apresentar uma declaração de voto, a qual foi posteriormente anexada à presente ata.

3. Discussão e deliberação sobre a Proposta n.º 17/2018 – 2.^a Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos – 2018. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que solicitou esclarecimentos acerca do reforço da verba prevista para a manutenção de espaços verdes (242.986,00€), acrescentando que o Bloco de Esquerda se irá abster na presente deliberação e irá apresentar uma declaração de voto. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que salientando existir uma natural correlação entre revisões orçamentais e planos plurianuais de investimentos, questionou qual o destino que será dado a uma verba de cerca de 613.000,00€ contemplada no PPI. Lembrando terem sido realizadas várias intervenções de requalificação urbana na freguesia no último ano, frisou a importância de se fazer um forte investimento na área da inovação e empreendedorismo, de modo a fomentar a criação e fixação de empresas e população na Freguesia de São Domingos de Benfica. Neste sentido, atendendo a que as novas empresas precisam de apoio na sua fase inicial, e que este apoio tem custos financeiros concretos, solicitou



esclarecimentos acerca de um acordo fixado com a Rede Nacional de Incubadoras, aparentemente sem quaisquer custos para a Junta de Freguesia. -----

Toma a palavra **Mário Santos**, vogal da Junta de Freguesia, que distinguiu aquilo que é o acordo com a RNI – Rede Nacional de Incubadoras, o qual, de facto, não tem custos para a Junta de Freguesia, com aquilo que é o funcionamento da incubadora de empresas na freguesia, a qual efetivamente tem custos, equivalentes ao investimento que já está a ser realizado na área do empreendedorismo e do desenvolvimento do tecido empresarial. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que frisou que o acordo com a Rede Nacional de Incubadoras, mesmo que alegadamente sem custos para a Junta de Freguesia, tem implicações sérias, que não foram devidamente esclarecidas em tempo útil na Assembleia de Freguesia, podendo pôr em causa o salutar desenvolvimento do tecido económico na Freguesia de São Domingos de Benfica. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que alegou que o histórico de erros sucessivos do Executivo da Junta de Freguesia vem dar maior legitimidade às questões colocadas na Assembleia de Freguesia, visando um esclarecimento satisfatório de todos os temas abordados, não podendo estas, porém, ser confundidas com ataques ou acusações pessoais. -----

Toma a palavra **Mário Santos**, vogal da Junta de Freguesia, que reiterou que embora o acordo com a Rede Nacional de Incubadoras (entidade independente) não resulte em encargos financeiros para a Junta de Freguesia, obviamente o funcionamento da incubadora em si tem custos, nomeadamente no apoio aos projetos apresentados, os quais são refletidos em Orçamento. -----

Toma a palavra **Raquel Albuquerque**, Técnica Oficial de Contas da Junta de Freguesia, que respondendo ao eleito Luís Ribeiro, explicou que o reforço na verba adicional referenciada, de 613.000,00€, está relacionado com contratos de delegações de competências da Câmara Municipal de Lisboa, que embora estejam na iminência de ser revistos, não podem deixar de ser contemplados no Orçamento da Junta de Freguesia, para a totalidade das competências delegadas pela Câmara Municipal. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que esclareceu que as suas intervenções não têm por alvo a conduta ou carácter da pessoa responsável pela área do empreendedorismo, enquanto indivíduo, mas antes as suas competências profissionais. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos – 2018 aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, e abstenções do PSD, CDS-PP, PCP e BE*). -----



Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que anunciou que a sua bancada irá apresentar uma declaração de voto escrita, que posteriormente foi anexada à presente ata. -----

4. Protocolos de colaboração celebrados com o Município de Lisboa, no âmbito das AAFF – Atividades de Animação e de Apoio à Família e da CAF – Componente de Apoio à Família, para o ano letivo 2017-2018. -----

Toma a palavra **Anabela Lucas**, do CDS-PP, que a propósito deste tema, apontou a falta de investimento na melhoria das infraestruturas na Escola António Nobre ou na Escola Delfim Santos. Por outro lado, assinalou que os programas de pausas letivas têm sido muito pobres, centrando-se maioritariamente no espaço do estabelecimento escolar, sem saídas programadas, um desinvestimento que não se coaduna com um modelo assente na lógica de utilizador pagador, em que inclusivamente os encarregados de educação pagam o valor por inteiro, mesmo que as crianças não frequentem as atividades durante todo o mês. Por fim, questionou por que razão as inscrições para a CAF e as AAFF são realizadas na sede do Agrupamento Escolar, quando na verdade é a Junta de Freguesia que faz a gestão destas valências. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que reconhecendo que a gestão da Escola Delfim Santos não está sob a tutela da Junta de Freguesia, questionou se o Executivo tem documentação que possa partilhar com a Assembleia de Freguesia, que comprove as diligências que estão a ser efetuadas junto do Ministério da Educação. ---

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que falou sobre uma atividade enriquecedora que foi realizada, que deu a conhecer a triste realidade das escolas básicas da freguesia. Tendo em atenção a verba que será transferida para a Junta de Freguesia, solicitou uma especial atenção para a melhoria dos espaços exteriores, em especial na Escola perto das Furnas, argumentando que as crianças precisam de áreas onde possam brincar livremente e estar em contato com a natureza. -----

Toma a palavra **Amílcar Santos**, do PS, que declarou que já há muitos anos a Direção do Agrupamento e o Conselho Executivo da Escola Delfim Santos (integrada no Agrupamento de Escolas das Laranjeiras) têm estado em diálogo com o Ministério da Educação, exercendo pressão institucional em prol da requalificação deste estabelecimento escolar. Embora tenham sido efetuadas algumas intervenções pontuais (eliminação de infiltrações, remodelação da iluminação exterior, renovação dos quadros elétricos), esta escola, inaugurada em 1981 e frequentada diariamente por mais de mil e quinhentas pessoas, necessita urgentemente de uma intervenção de fundo. Referiu que a Junta de Freguesia tem acompanhado de perto este processo, tendo promovido, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, uma vistoria técnica às instalações do estabelecimento escolar. Mais informou ter recebido um relatório da Quercus relativamente à cobertura de amianto, o qual será reencaminhado para o



Ministério da Educação, para que se possa pronunciar sobre o mesmo. Por outro lado, congratulou-se com as intervenções que a Junta de Freguesia tem realizado nas escolas básicas do 1.º ciclo, estando a decorrer as obras na Escola Frei Luís de Sousa e estando programada uma intervenção da Câmara Municipal na Escola António Nobre. -----

Toma a palavra **Ana Sofia Branco**, do PSD, que alertou que a previsão do Executivo para o incremento do investimento na CAF é superior ao valor que será transferido da Câmara Municipal de Lisboa para a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, de 144.802,93€, manifestando-se contra a opção tomada, de onerar as famílias da freguesia, que no fundo irão suportar este desfasamento de valores, de cerca de 20.000,00€. Congratulou-se com a intervenção da eleita Helena Barros – referindo ir ao encontro da sua intervenção em anterior sessão da Assembleia de Freguesia – no sentido de se privilegiar o espaço exterior e a recuperação de algumas tradições lúdicas, conferindo maior qualidade às atividades desenvolvidas com as crianças, sem um incremento exponencial dos custos associados à Componente de Apoio à Família e consequente oneração dos orçamentos familiares. Trazendo à colação novamente a questão do terreno a ser explorado pela EMEL, e assinalando a perspetiva de a empresa vir a arrecadar cerca de 133.000,00€ de lucro em três anos, declarou que a Junta de Freguesia também deve ser proativa na busca de soluções de geração de receita, de modo a que não sejam as famílias a suportar os custos incrementados das atividades da CAF e das AAAP. Por outro lado, face à perspetiva de diminuição, a médio e longo prazo, da população escolar na cidade de Lisboa e na Freguesia de São Domingos de Benfica, apelou a que sejam repensadas as políticas de habitação e de apoio à natalidade, como forma de promover a fixação das famílias na cidade. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que declarou que a sua bancada votou favoravelmente os aumentos na CAF e nas AAAP por uma questão de coerência, argumentando que se o CDS-PP tem reiteradamente evocado que a Junta de Freguesia tem falta de liquidez financeira, obviamente torna-se necessário ir buscar verbas a algum lado, neste caso às famílias, salvaguardando, porém, ser esta decisão da inteira responsabilidade do Executivo da Junta de Freguesia. Assinalou que embora o PSD se tenha mostrado crítico desta opção, certo é que não apresentou qualquer alternativa. Na sequência da intervenção do eleito Amílcar Santos, perguntou se este está em condições de partilhar com a Assembleia documentação oficial que comprove as diligências tomadas junto do Ministério da Educação em relação à Escola Delfim Santos. Em seguida, fez referência a uma questão que terá sido comunicada por alguns pais e encarregados de educação, que deram conta de falta de papel higiénico em determinado estabelecimento escolar. Não sabendo se tal situação tem



aderência à realidade, salvaguardou o facto de estar apenas a servir de porta-voz de uma preocupação expressa pelos pais. -----

Toma a palavra **Amílcar Santos**, do PS, que reforçando que a Junta de Freguesia não tem competências na manutenção do edifício da Escola Delfim Santos (da propriedade do Ministério da Educação), indicou que todas as diligências tomadas são numa perspetiva de salutar relação institucional entre a Direção do estabelecimento escolar e o Ministério da Educação, disponibilizando-se para partilhar com a Assembleia de Freguesia, em tempo oportuno, a documentação que foi remetida à DGEstE, após a vistoria realizada às instalações. Referiu não ter conhecimento de quaisquer falhas de consumíveis nos estabelecimentos escolares, acrescentando ter recorrido várias vezes à sua viatura própria para levar itens variados da escola sede (onde está centralizada a compra de consumíveis) para as escolas do Agrupamento. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que começando por assinalar ter frequentado a Escola Delfim Santos quando esta foi inaugurada e ter acompanhado a sua evolução ao longo dos anos, declarou que a escola já teve uma Direção mais musculada e proativa, que, entre outras coisas, promoveu uma rede de transportes escolares, plantação de árvores ou intervenções de requalificação do espaço escolar. Em contraste, atualmente a Direção da escola parece ser mais reativa que proativa, o que tem conduzido à contínua degradação da mesma. Falando sobre a experiência do seu filho mais velho, que frequentou a Escola Delfim Santos, referiu algumas situações caricatas, como disciplinas nucleares (português e matemática) serem programadas para os últimos tempos do horário da tarde, ou chegar-se ao final do segundo período sem um professor de matemática. Sendo uma situação que já estava prevista (uma professora com horário reduzido para amamentação), afirmou que a Direção deveria ter sido mais proativa na procura atempada de uma solução que salvaguardasse os interesses dos alunos. -----

Toma a palavra **Amílcar Santos**, do PS, que em resposta, indicou que a intervenção anterior revela um certo desconhecimento das mecânicas de colocação de professores no país. Explanando a situação, explicou que a Direção das escolas não tem competências para contratar diretamente professores, e que mesmo para solicitar uma substituição, esta tem que ser devidamente justificada junto da DGAE com comprovativos médicos, razão pela qual não é possível ter uma postura mais proativa neste caso. Destruindo aquilo que são as condições infraestruturais e o serviço educativo, congratulou-se com o trabalho extraordinário que é desenvolvido na Escola Delfim Santos entre professores e alunos, nem sempre com uma colaboração estreita e proativa dos pais. A título de exemplo, apontou uma situação ocorrida há sensivelmente cinco anos, quando foram distribuídos formulários pelos pais de mil, cento e cinquenta alunos, para que estes pudessem informar se e de que formas



estariam dispostos a colaborar com a escola, sendo recebidas apenas trinta e duas respostas. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que referiu ter conhecimento de que a Associação de Pais terá solicitado à Direção da Escola Delfim Santos cópia da documentação enviada para o Ministério da Educação em 2017, não tendo ainda obtido resposta. Neste sentido, solicitou esclarecimentos adicionais e reiterou o pedido para que, em Assembleia futura, o eleito Amílcar Santos possa partilhar com os membros da Assembleia de Freguesia documentos comprovativos das diligências efetuadas junto do Ministério da Educação ou outras entidades competentes, relativamente aos problemas que as escolas apresentam. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que começou por manifestar a sua compreensão e solidariedade para com o eleito Amílcar Santos, por entender os constrangimentos que este reportou na sua intervenção. Respondendo à eleita Ana Sofia Branco, esclareceu que a promoção de atividades lúdicas ao ar livre não significa que as crianças fiquem entregues à natureza, mas antes exige um maior investimento em recursos humanos qualificados, com salários condignos e acesso a formação apropriada, que possam cuidar das crianças, promovendo paralelamente este tipo de atividades. Concluiu a sua intervenção, lembrando que o Governo liderado pelo Partido Social Democrata foi responsável, durante quatro anos, por onerar os orçamentos familiares, com consequências diretas na diminuição da sua qualidade de vida. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que em resposta à intervenção anterior, declarou que estando o PCP, juntamente com o Bloco de Esquerda, a suportar o Governo do Partido Socialista, já terão tido tempo, nos últimos três anos, para repor ou devolver tudo aquilo que o Governo do PSD alegadamente terá retirado às famílias portuguesas. Respondendo ao eleito Nuno Brito, ressaltou que a bancada do Partido Social Democrata se absteve na aprovação do Orçamento para que o Executivo da Junta de Freguesia, exclusivo responsável pela sua elaboração e execução, não pudesse no futuro acusar o PSD de inviabilizar as atividades ou investimentos programados. Sobre os aumentos na CAF e nas AAAF, na ordem dos 33%, e salvaguardando o direito de cada bancada votar em consciência, lamentou que o CDS-PP não se tenha manifestado contra o facto de as taxas só terem sido alteradas após as eleições, depois de dois anos sem que estas tenham sido atualizadas. Neste sentido, declarou não compreender o tipo de oposição que o CDS-PP exerce, sempre muito preocupado com questões menores, mas favorável a que se aumentem os encargos para as famílias. Concluiu a sua intervenção, revelando estar na expectativa de ver se os aumentos nas taxas para a CAF e as AAAF serão acompanhados por uma melhoria da qualidade do serviço prestado. -----



Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que respondendo à intervenção anterior, questionou se eventualmente a bancada do PSD sabe qual foi o sentido de voto do CDS-PP em anos anteriores relativamente a esta matéria, lembrando que, ao contrário das outras bancadas que foram renovadas, vem lidando com estes temas desde o mandato anterior, em que já exercia funções como eleito na Assembleia. Reiterou que a posição de voto consciente do CDS-PP é coerente com aquilo que tem vindo consecutivamente a apontar, referente à falta de liquidez financeira da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, pelo que se torna necessário ir buscar verbas a algum lado, e neste caso às famílias. No entanto, sendo esta medida da inteira responsabilidade do Executivo, e tendo este sido legitimado pela maioria dos votos da população nas últimas eleições autárquicas, poderá facilmente concluir-se que a população estará, no fundo, a pagar pela opção que tomou ao ter votado no Partido Socialista. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que em resposta, declarou veementemente ter sido eleito para respeitar e defender os interesses de todos os fregueses, e não apenas daqueles que votaram no PSD, lamentando que o CDS-PP não partilhe essa postura e convicção. Acrescentou ter conhecimento da existência de algo que denominou de cartilha diretiva contra o PSD na cidade de Lisboa, assegurando, porém, que o PSD continuará a trabalhar com a mesma determinação ao longo do corrente mandato. -----

Toma a palavra **Óscar Antunes**, do PS, que apelou a que o debate possa ser recentrado no assunto do ponto da ordem de trabalhos. Em relação à CAF e às AAAF, referiu que o tão propalado aumento de 33%, conforme referenciado, traduz-se num acréscimo de apenas cinco euros (5,00€) para as famílias, sendo que as taxas não foram atualizadas nos últimos anos. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que em resposta, lembrou que em anterior sessão da Assembleia de Freguesia até terá sido alegado pelo eleito Óscar Antunes que as famílias portuguesas cometiam ilegalidades na declaração dos seus rendimentos, uma afirmação perigosa, atendendo ao contexto político da Freguesia de São Domingos de Benfica. Referiu, claramente, que há diferenças no posicionamento do CDS-PP em relação ao PSD, mencionando inclusivamente a existência de uma teoria desenvolvida por um dos seus elementos, de se fazer perseguição. Diz: *"Qualquer partido faz-se à vida e tem que conquistar eleitorado. Não há aqui virgens ofendidas. Disso não tenham a menor dúvida, estou aqui com esse objetivo, mas com um pormenor, não sou preconceituoso, eu aqui mamó à esquerda e à direita, é o que apanhar, não sou preconceituoso. É assim, é tudo!"*. Respondendo ao eleito Miguel Matias, declarou que a ação do CDS-PP, na apresentação de propostas e requerimentos, fala por si no que concerne à defesa dos interesses da globalidade da



população. Acrescentou que o debate político faz parte das conquistas do 25 de abril, e quem se sentir incomodado com este talvez deva repensar a sua participação num órgão representativo. -----

Toma a palavra **Óscar Antunes**, do PS, que alegando a defesa da honra, esclareceu não ter acusado as famílias portuguesas de ilegalidades na declaração de rendimentos, tendo-se limitado a assinalar que existem formas de remuneração que, legitimamente ou não, podem não ser declaradas e consequentemente contabilizadas para o escalonamento das famílias. Deixou igualmente claro que, como socialista, defende que nenhuma família deveria pagar taxas da CAF e das AAFF. Reiterou, no entanto, tratar-se de um aumento de apenas cinco euros (5,00€) no Escalão C, ajustado à realidade da Freguesia de São Domingos de Benfica. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo os protocolos em apreço, celebrados com o Município de Lisboa, no âmbito das Atividades de Animação e de Apoio à Família e Componente de Apoio à Família, aprovados por unanimidade. -----

Toma a palavra **Ana Sofia Branco**, do PSD, que apresentou uma declaração de voto, justificando o voto favorável da bancada do PSD com o facto de o protocolo já estar estabelecido, e de acordo com o Executivo, este já não ser negociável. Acrescentou, porém, que numa Câmara Municipal com um Orçamento de cerca de 800.000.000,00€, as transferências para as Juntas de Freguesia na área da educação deveriam ser reforçadas. Sobre a manutenção das escolas do 2.º e 3.º ciclo, lembrou estar em projeto um decreto-lei que será apresentado à Assembleia da República, que visa a descentralização de competências na gestão dos imóveis para o Poder Local, o que poderá vir a ser uma excelente solução, dada a proximidade dos órgãos autárquicos locais às populações e às suas necessidades, desde que essas competências sejam devidamente acompanhadas dos respetivos meios técnicos e financeiros. -----

Toma a palavra **Anabela Lucas**, do CDS-PP, que apresentou a declaração de voto que posteriormente foi anexada à presente ata. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que informou que estando a vogal Cristina Parente ausente por motivos de saúde, as questões colocadas sobre a vertente da educação serão posteriormente respondidas por escrito a todos os membros da Assembleia de Freguesia. -----

5. Protocolo celebrado com o Município de Lisboa, no âmbito do Regimento Geral das Olisipiadas e do Regimento dos Prémios de Mérito das Olisipiadas – verba correspondente ao 9.º lugar da classificação dos prémios de mérito atribuídos às Juntas de Freguesia na 3.ª Edição das Olisipiadas 2017. -----



Toma a palavra **Paulo Silva**, vogal da Junta de Freguesia, que passou a apresentar este ponto, explicando tratar-se de um prémio referente à época de 2017, no âmbito do protocolo celebrado pela Câmara Municipal de Lisboa com todas as freguesias da cidade, sendo premiadas aquelas com maior número de participantes. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que questionou se o protocolo em apreço inclui a modalidade de corfebol, tendo sido respondido afirmativamente pelo Executivo.

Toma a palavra **Ana Sofia Branco**, do PSD, que questionou para que fins serão canalizados os 3.000,00€ de prémio, e quais os projetos que foram apresentados pela Junta de Freguesia, de acordo com o prazo estabelecido na alínea 8 do protocolo. ----

Toma a palavra **Paulo Silva**, vogal da Junta de Freguesia, que em resposta, indicou que o valor do prémio reforçará os apoios aos clubes e associações da freguesia. Quanto aos projetos apresentados, indicou não ter de momento a informação solicitada. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que solicitou que a informação requerida seja posteriormente, e tão cedo quanto possível, remetida aos membros da Assembleia de Freguesia. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo o protocolo em apreço, celebrado com o Município de Lisboa, aprovado por unanimidade. -----

6. Informação Escrita do Presidente da Junta relativa ao 1.º trimestre de 2018. ----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que apresentando este ponto, passou a destacar alguns dos aspetos mais relevantes da sua informação escrita – a qual foi distribuída por todos os eleitos e está disponível para consulta – começando por falar sobre o trabalho desenvolvido na manutenção e rebaixamento de passeios junto às passadeiras, promovendo assim maior mobilidade e segurança para os transeuntes. Fez referência ao trabalho diligente na área da higiene urbana, que assegurou a limpeza mesmo num período crítico em que, por decisão governamental, não foi possível realizar a lavagem das ruas. Sobre as atividades desenvolvidas na área da educação – muito criticada nesta Assembleia – sublinhou a realização do curso de carnaval, que teve um número de participantes como nunca visto, sinal claro da proatividade e empenho das escolas, das associações de pais e da autarquia. Relativamente à Escola Delfim Santos, declarou que mesmo não sendo uma responsabilidade direta da Junta de Freguesia, esta esteve sempre disponível e respondeu afirmativamente a todas as solicitações, visando o bem-estar dos alunos e a qualidade do serviço prestado a estes. Acrescentou que esta parceria se tem estendido a todas as instituições e coletividades sedeadas na freguesia, com as quais a Junta de Freguesia tem colaborado de perto e apoiado incondicionalmente. Por fim, deixou um convite para a inauguração da Casa da Cidadania, no dia 24 de maio, obra



que muito orgulha a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica. Escusando-se a tecer comentários adicionais sobre a informação escrita, disponibilizou-se para responder às questões porventura suscitadas pelos membros da Assembleia. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do BE, que aludindo ao Ponto 9 da informação escrita, questionou quais os critérios que conduziram a que apenas fossem atribuídos dois apoios no âmbito do Fundo de Emergência Social, de um total de catorze pedidos rececionados na Junta de Freguesia. Relembrou já ter colocado esta questão em sessões anteriores da Assembleia de Freguesia, não tendo até ao momento obtido qualquer resposta. Depois, solicitou um ponto de situação relativamente à elaboração do Plano Social do Bairro do Calhau, tendo sido agendada para o dia 13 de abril uma reunião para definição de novos eixos de intervenção no bairro. -----

Toma a palavra **Ana Sofia Branco**, do PSD, que começando pela área da ação social, fez alusão ao Ponto 1, onde se refere que foram efetuadas duas sinalizações de situações de sem-abrigo à VITAE, aproveitando para esclarecer que todas as situações de sem-abrigo identificadas na cidade de Lisboa devem ser reportadas ao Núcleo de Planeamento e Intervenção para a Pessoa Sem-Abrigo, entidade que congrega todos os serviços que operam na cidade de Lisboa para pessoas sem-abrigo, incluindo a própria VITAE, com uma intervenção mais integrada e consequentemente com mais benefícios para a população utente. Relativamente ao Fundo de Emergência Social, perguntou qual o montante financiado nos dois pedidos que foram aprovados. Solicitou que seja enviado aos membros da Assembleia o regulamento para atribuição dos cabazes alimentares mensais. Relativamente ao projeto "Caixa Bebê", indicou que a informação escrita deveria fazer referência aos *kits* atribuídos no primeiro trimestre de 2018, período a que se reporta, e não desde o lançamento deste projeto. Reiterando a importância da análise quantitativa que deve integrar a informação escrita, deu nota de que esta refere tão somente um aumento do número de alunos inscritos na Academia de São Domingos de Benfica, sem especificar concretamente o número de inscrições. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que assumiu o compromisso de fazer chegar a todas as forças políticas com assento na Assembleia de Freguesia a resposta por escrito às questões colocadas neste ponto da ordem de trabalhos. -----

Toma a palavra **Cristina Valério**, vogal da Junta de Freguesia, que justificou o atraso no envio dos convites para a inauguração da Casa da Cidadania, no próximo dia 24 de maio, com um problema informático. -----

7. Apreciação e discussão do Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição, relativo ao exercício de 2017. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que propôs que este ponto seja retirado e reagendado para uma próxima sessão da Assembleia de Freguesia, mediante o



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

compromisso de o Executivo fazer chegar aos membros da Assembleia o relatório estipulado pela Lei, referente a esta temática. -----

Tendo o Executivo da Junta de Freguesia de Benfica aceitado o repto, este ponto foi retirado da ordem de trabalhos. O **Presidente da Mesa** indicou que este será reagendado numa Assembleia futura, assim que o relatório da Junta de Freguesia der entrada na Mesa da Assembleia. -----

O **Presidente da Mesa** submeteu à apreciação da Assembleia a aprovação em minuta das deliberações dos Pontos n.º 1, 2, 3, 4 e 5 da ordem de trabalhos, sendo aprovadas por unanimidade. -----

Por fim, o **Presidente da Mesa** informou que será agendada uma sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica para aprovação de atas e discussão sobre a composição da comissão para a revisão do Regimento da Assembleia de Freguesia. -----

Não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica** deu por encerrados os trabalhos. -----

O Presidente da Mesa

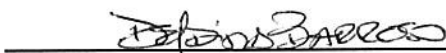
O 1.º Secretário

Pedro Amaral e Almeida



Luís Filipe Gomes Ferreira

A 2.ª Secretária



Deldina Filomena Fontes Barroso

Declaração de Voto

O Bloco irá votar contra a proposta nº15/2018, na medida em que as contas da junta mostram uma falta de liquidez financeira e além disso, as ações na área da intervenção social revelam um impacto pouco significativo no bem-estar das populações. Por fim, a carta enviada pelo Dr. João Pinheiro faz referência a algumas irregularidades nas contas na junta no mandato anterior.





Sessão Extraordinária da Freguesia de São Domingos de Benfica 16 de Maio de 2018

Declaração de voto

"Prestação de Contas do exercício de 2017"

O relatório de Prestação de contas é em si mesmo um documento que reflete toda a actividade de uma empresa ou instituição num horizonte temporal definido. O relatório apresentado pelo executivo socialista mais não é o espelho do que foi a sua gestão de aplicação de fundos ao longo do ano de 2017.

- 1- Obrigações e títulos de participação são instrumentos financeiros de risco médio com flutuações de rentabilidade e eventual perda de capital investido, tendo em conta que a Junta de Freguesia de Benfica é um órgão de poder local não deve ter este tipo de práticas de investimento com o dinheiro do erário público.
- 2- No Balanço está registado um valor de € 186.319,17 relativo a doações, o que importa é saber a sua origem e quais se os há compromissos futuros que decorrem desta doação, ou seja, que a junta nunca se sinta comprometida nas suas decisões por via desta oferta.
- 3- O registo de financiamento de fornecedores no valor de € 33.000,00 é uma prática nada salutar e correcta, quando a Junta deve dar exemplo no compromisso com os fornecedores, para que futuras negociações não sejam menos favoráveis à contratação de aquisição de serviços, penalizando a Junta em valores superiores pelo risco de incumprimento.
- 4- Do lado da despesa destaca-se que a percentagem de execução é elevada na grande maioria das despesas correntes (90%), ou seja, o

esforço de optimização destas é proximamente zero, deste modo perdendo a capacidade de transferir fundos para outras rubricas sejam elas de cariz social, culturais

- 5- É com surpresa que o centro de custo Economia Local e Empreendedorismo tenha uma dotação de € 50.000,00 previstos para investimento em que € 24.000,00 dos quais destinados para o projecto Incubadora, pese embora tivesse ocorrido uma redução substancial foram investidos € 3.058,00 que ao abrigo do protocolo previamente negociado entre a RNI e a Junta não haveria lugar a qualquer valor. Fica por explicar € 26.000,00 em apoio técnico aos serviços.
- 6- Foi decisão do executivo não realizar a decoração de natal nas ruas da Freguesia no ano de 2017, muito nos estranha ainda assim que tenha sido contratado um serviço no valor € 13.210,00.

É de salientar que no decurso do ano transato foram efectuadas muitas alterações ao orçamento, refletindo desde logo uma péssima elaboração do orçamento para 2017, como também uma gestão de curto prazo que implica e justifica alterações consecutivas do plano de projectos de investimento levando a custos de contexto (assembleias para aprovação destas alterações) que de outra forma seriam evitáveis. O CDS entende que a gestão dos fundos municipais deve-se pautar pelo rigor e transparência dos investimentos efectuados em prol dos fregueses e da freguesia. Dito isto o CDS chumba esta proposta pelos motivos aqui descritos.

Lisboa, 16 de Maio de 2018

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Nuno Ricardo de Brito , Anabela Lucas, Luís Carlos Vaz



Bloco de Esquerda

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

Moção*Auditoria à prestação de conta referentes ao exercício do ano de 2017*

Considerando que:

- a) no passado dia 5 de janeiro tivemos conhecimento da demissão do Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, Dr. João Pinheiro, e a renúncia ao mandato de vogal no mesmo órgão, no mandato referente ao período de 2017 a 2021;
- b) que o pedido de demissão do Dr. João Pinheiro foi acompanhado de uma extensa exposição de motivos numa missiva entregue aos membros da Assembleia de Freguesia, vogais do executivo da Junta de Freguesia, assim como aos trabalhadores e trabalhadoras da Junta de Freguesia;
- c) que nessa missiva o Dr. João Pinheiro relata alguns factos de extremamente preocupantes relacionados com questões legais e financeiras da máxima importância para a freguesia de São Domingos de Benfica e na prestação de conta referentes ao exercício do ano de 2017;

16 de maio de 2018

A Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em 29_ de Janeiro de 2018, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

- a) A clarificação de todas estas questões através de um procedimento claro, que examine as contas da freguesia no último mandato, que apure todos os factos apontados, e que permita um conhecimento real da situação da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica;
- b) No sentido do apuramento destas desconformidades apresentadas pelo ex-Presidente da Mesa da Assembleia de São Domingos de Benfica e seguindo a sua proposta, a

imediata execução de uma auditoria, centrada no último mandato, ao nível da gestão da despesa com contratos públicos, recursos humanos e contratos de delegação de competências entre o Município e a Freguesia;

- c) Comunicar à Inspeção Geral de Finanças para que dê início a um processo de auditoria, centrada no último mandato da Junta, ao nível da gestão da despesa com contratos públicos, recursos humanos e contratos de delegação de competências entre o Município e a Freguesia, além de todos os outros aspetos relacionados com as contas da freguesia neste período.

Lisboa, 16 de Maio de 2018

Pela representante do Bloco de Esquerda

Ana Sofia Cortes

feiteira

Declaração de Voto



O Bloco irá votar contra a proposta nº16/2018, na medida em que há um elevado reforço orçamental para financiar as despesas de consumo de eletricidade. Além disso, há também um reforço de 80.000 Euros para a contratação de pessoal em regime de tarefa e de avença, entrando em contradição com o PREVPAP.

Ana Sofia Nêlke Afonso Cortes



Sessão Extraordinária da Freguesia de São Domingos de Benfica 16 de Maio de 2018

Declaração de voto

"2ª Revisão Orçamental"

As revisões orçamentais são instrumentos de correção face ao orçamento apresentado, que no caso em apreço este, numa 1ª fase foi alvo de chumbo por parte de toda a oposição devido a falhas grosseiras como também consistência das contas apresentadas, por estes motivos, o executivo foi obrigado a elaborar um segundo orçamento para consequente apresentação, discussão e sujeito a votação em sede de assembleia de freguesia. Ainda que pouco claro foi aprovado com os votos do partido socialista e partido social democrata.

Pelos motivos referidos tanto é uma inevitabilidade técnica por via da transição do saldo de gerência com o recurso à revisão orçamental como também incapacidade de se apurar um valor aproximado relativo a este saldo. A referir o reforço de €737.890,24 (setecentos e trinta e sete mil e oitocentos e noventa euros e vinte e quatro centímetros), esta verba corresponde a 15% de acréscimo face à dotação inicial. O CDS não se revê nestas práticas póstumas de um orçamento assumidamente pouco claro e com uma falta de rigor inaceitável. De igual modo, o CDS considera que o recurso a este tipo de instrumentos de correcção que mais não deve ser uma utilização de excepção e por isso nunca um instrumento de diferimento de custos de um orçamento previamente calculado e apresentado.

Face ao exposto o CDS abstém-se à aprovação a esta proposta.

Lisboa, 16 de Maio de 2018

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Nuno Ricardo de Brito , Anabela Lucas, Luís Carlos Vaz

Declaração de Voto



O Bloco vai abster-se na votação da proposta nº17/2018 na medida em que não consegue avaliar qual é o destino do reforço da verba associada à manutenção dos espaços verdes.

Ana Sofia Nêrabe Gomes Costa



Sessão Extraordinária da Freguesia de São Domingos de Benfica 16 de Maio de 2018

Declaração de voto

“Plano Plurianual de Investimentos”

Os Planos Plurianuais de Investimento são instrumento de apresentação pragmática e objectiva da inclusão de novos investimentos ou eliminação de projetos previstos. Estes planos decorrem da consequente revisão orçamental.

Os três projetos apresentados Espaços Verdes jardins e outros, Intervenções nos largos e ruas da freguesia e Mercados e Feiras que orçam no valor total de € 613.000,00 (seiscentos e treze mil euros) muito estranham ao grupo CDS pelo motivo que a freguesia de São Domingos de Benfica no ano transato foi alvo de obras de profunda requalificação urbana (espaços verdes, estacionamento, alteração de vias, repavimentação de ruas e estradas, passeios, colocação de sinalética, entre outras) em vários milhares de euros. Todas as intervenções foram financiadas pelo município de Lisboa.

A falta de esclarecimento refletidos no documento, o CDS abstêm-se à aprovação esta proposta.

Lisboa, 16 de Maio de 2018

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Nuno Ricardo de Brito , Anabela Lucas, Luís Carlos Vaz



Sessão Extraordinária da Freguesia de São Domingos de Benfica 16 de Maio de 2018

Declaração de voto

" Protocolos de colaboração celebrados com o Município de Lisboa, no âmbito das AAAF-Actividades de Animação e de Apoio à Família e da CAF-Componente de Apoio à Família, para o ano lectivo 2017-2018"

O CDS PP aprova nesta assembleia ordinária a 30 de Abril de 2018, os Protocolos de colaboração celebrados com o Município de Lisboa, no âmbito das AAAF-Actividades de Animação e de Apoio à Família e da CAF-Componente de Apoio à Família, para o ano lectivo 2017-2018. Não podemos permitir que deixem de funcionar. Consideramos que não devemos colocar em causa este serviço, até porque estaríamos a comprometer os serviços da junta de freguesia bem como as competências dos seus funcionários.

Lisboa, 16 de Maio de 2018

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Nuno Ricardo de Brito , Anabela Lucas, Luís Carlos Vaz